

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

RAINT • 2022

fevereiro • 2023

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Setor de Autarquias Sul, Quadra 5 - Bloco A
Brasília - DF / CEP: 70297-400
cgu@cgu.gov.br

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

Ministro da Controladoria-Geral da União

VÂNIA LÚCIA RIBEIRO VIEIRA

Secretária-Executiva

CLÁUDIO TORQUATO DA SILVA

Secretário-Executivo Adjunto

RONALD DA SILVA BALBE

Secretário Federal de Controle Interno

RICARDO WAGNER DE ARAÚJO

Corregedor-Geral da União

ANA TÚLIA DE MACEDO

Secretária Nacional de Acesso à Informação

ARIANA FRANCES CARVALHO DE SOUZA

Ouvidora-Geral da União

IZABELA MOREIRA CORREA

Secretária de Integridade Pública

MARCELO PONTES VIANNA

Secretário de Integridade Privada

EQUIPE TÉCNICA:

Ana Leôni Vieira Mota

Andre Luiz Peixoto Romer

Alexandre Ferreira de Macedo

Ralf Araújo Ruas

Tiago Chaves Oliveira

Obra atualizada até fevereiro de 2024

Diagramação: Assessoria de Comunicação Social • Ascom / CGU

Grafismo da capa baseado em: <https://www.freepik.com>

Permitida a reprodução desta obra, de forma parcial ou total, sem fins lucrativos, desde que citada a fonte ou endereço da internet no qual pode ser acessada integralmente em sua versão digital.

Copyright © 2024 Controladoria-Geral da União



CONTEÚDO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PREVISTOS NO PAINT	5
2.1. Carteiras de projetos prioritários	6
2.1.1. Avaliações de Políticas Públicas em Temas Prioritários	6
2.1.2. Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas – CMAP	7
2.1.3. Ações de enfrentamento à pandemia de COVID-19.....	8
2.1.4. Plano Anticorrupção.....	8
2.2. Auditorias Derivadas de Obrigação Legal	9
2.2.1. Auditorias Anuais de Contas (AAC).....	9
2.2.2. Auditorias de Financiamento Externo e Cooperação Internacional	9
2.2.3. Atividades complementares e demais atribuições legais.....	10
3. RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E CONCLUÍDAS.....	11
4. BENEFÍCIOS	12
5. DIRECIONAMENTO DOS ESFORÇOS DA FORÇA DE TRABALHO	13
6. CAPACITAÇÕES.....	15
7. FATOS RELEVANTES	16
8. PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE – PGMQ.....	17

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT) da Controladoria-Geral da União (CGU) contempla as informações sobre a execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de Auditoria Interna Governamental (AIG) exercida pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) e pelas Controladorias Regionais da União nos Estados durante o exercício 2022.

2. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PREVISTOS NO PAINT

TRABALHOS PRORROGADOS PARA 2023	124
TRABALHOS CONTINUARAM EM EXECUÇÃO EM 2023	475
TRABALHOS CANCELADOS	135
QUANTIDADE DE TRABALHOS NO PAINT 2022	1.130

O PAINT de 2022 previa a execução de 732 trabalhos¹, sendo 460 avaliações, 187 apurações, 13 consultorias e 72 projetos gerais. Desse total, 396 (54%) foram concluídos durante a vigência do PAINT, 96 (13%) foram cancelados e 244 (33%) replanejados para execução posterior.

Durante o ano, em função de alterações nos contextos de riscos e mudanças de prioridades, outros 398 trabalhos foram adicionados (240 avaliações, 124 apurações, 5 consultorias e 29 projetos gerais). Desse total, 39 foram canceladas, 4 foram concluídas e as demais (355) permaneceram em execução para o ano seguinte.

Portanto, 1.130 projetos fizeram parte do PAINT em 2022, dos quais, no final do ano, 396 estavam concluídos, 135 estavam cancelados, 475 em execução e 124 foram prorrogados para iniciar em 2023.

Além dessas, destacam-se as seguintes entregas afetas às atribuições legais e a projetos gerais:

Auditoria de Tomada de Contas Especial (TCE)	2.025
Análise de atos de pessoal	63.863
Avaliação do Relatório de Gestão Fiscal	3
Análises de novação de dívidas	3
Elaboração da Prestação de Contas Anual do Presidente da República	1
Mapeamento do Universo de Auditoria	21
Análises de alertas indicados pela Alice	530

A seguir, apresentam-se as carteiras de projetos prioritários e as auditorias decorrentes de obrigações legais.

1. O valor desconsidera as entregas realizadas em ações classificadas como atividades continuadas, a saber: Supervisão sobre os órgãos do Sistema de Controle Interno, Análise de Atos de Pessoal, Análise de Demandas Externas, Análise de Tomadas de Contas Especiais, Análise de Alertas do Alice, Monitoramento de Recomendações e Contabilização de Benefícios, atividades de Gestão, atividades relacionadas com a criação de soluções tecnológicas, elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República, conferência dos dados dos Relatórios de Gestão Fiscal e ações afetas a Operações Especiais

2.1. Carteiras de projetos prioritários

Trata-se do conjunto de projetos que foram considerados prioritários durante o ano de 2022 por possuírem relevância para o Centro de Governo ou à Sociedade, entre os quais estão os projetos demandados pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), as Ações de Enfrentamento à pandemia de COVID-19, o Plano Anticorrupção e as Avaliações de Políticas Públicas em Temas Prioritários cujos resultados, na visão da CGU, agregam valor à gestão pública e à sociedade em geral.

2.1.1. Avaliações de Políticas Públicas em Temas Prioritários

Essas avaliações são realizadas sobre Políticas Públicas relacionadas a temas de grande relevância ao governo e à sociedade, estabelecidos pelo Colegiado de Diretores da SFC. Para garantir resultados consistentes e abrangentes, os temas são analisados sob diferentes perspectivas e costumam ultrapassar a vigência de um único PAINT.

No PAINT 2022, foram previstas a execução de **11** avaliações, das quais **4** foram concluídas, **1** cancelada e **6** foram replanejadas para finalizar em 2023.

QUADRO 1 • TEMAS PRIORIZADOS PELA SFC

EIXO	TEMAS	SITUAÇÃO EM 31/12/2022	DATA DE CONCLUSÃO
Social	Ecosistema da Educação Superior no sistema Federal	Cancelada	-
	Sustentabilidade do SUS	Em andamento	23/01/2023
	Pagamento de Benefícios	Em andamento	-
	Gestão Previdenciária	Em andamento	-
Governança	Eficiência e Modernização na Gestão Pública	Em andamento	-
	Exercício da propriedade estatal pela União	Em andamento	-
	Gestão de Empresas Estatais	Em andamento	-
Infraestrutura	Cidades Resilientes	Concluída	08/04/2022
	Segurança Energética	Concluída	25/08/2022
	Avaliação da Capacidade Institucional para Regulação	Concluída	03/11/2022
	Gestão Hídrica	Concluída	16/12/2022

Fonte: PAINT 2022 e consulta ao e-Aud em 07/03/2023

2.1.2. Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas – CMAP

Nos últimos anos o [CMAP](#) estabeleceu agendas anuais de avaliações de políticas públicas. A seleção das políticas a serem avaliadas se dá a partir de [critérios objetivos](#) e as avaliações são realizadas conforme os métodos descritos no [Guia Prático de Avaliação ex-Ante](#) e no [Guia prático de Avaliação ex-Post](#), conforme o escopo definido. A CGU apoia a iniciativa realizando algumas das avaliações priorizadas, de forma a fortalecer as políticas públicas do país. Os prazos para realização dos trabalhos são rígidos e definidos pelo Conselho. No entanto, devido à complexidade das avaliações e à participação de outros órgãos, é possível que a duração das avaliações seja prorrogada, com a aprovação do CMAP, ultrapassando a duração de um PAINT.

Em relação aos trabalhos priorizados pelo CMAP no Ciclo de 2020, as 4 avaliações restantes foram finalizadas em janeiro de 2022.

QUADRO 2 • AVALIAÇÕES CMAP – CICLO 2020 – PREVISTAS PARA CONCLUSÃO EM 2022

AVALIAÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2022	DATA DE CONCLUSÃO
Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	Concluída	19/01/2022
Entidades Filantrópicas (CEBAS)	Concluída	19/01/2022
Piso de Atenção Básica em Saúde	Concluída	20/01/2022
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Concluída	26/01/2022

Fonte: PAINT 2022 e consulta ao e-Aud em 07/03/2023

No ciclo 2021 do CMAP, das 8 avaliações previstas, 4 (50%) foram concluídas até o final do exercício. Há de destacar, contudo, que as outras 4 avaliações foram finalizadas logo após o término da vigência do PAINT 2022, em janeiro de 2023, conforme detalhado a seguir:

QUADRO 3 • AVALIAÇÕES CMAP – CICLO 2021 – PREVISTAS PARA CONCLUSÃO EM 2022

AVALIAÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2022	DATA DE CONCLUSÃO
Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Em andamento	04/01/2023
Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)	Em andamento	04/01/2023
Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas (Pró-Residência)	Concluída	23/01/2023
Imunobiológicos, medicamentos para o HIV/AIDS, ISTs e hepatites virais e insumos para prevenção e controle de outras doenças	Em andamento	23/01/2023
Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social em seus eixos enfrentamento à criminalidade violenta e valorização dos profissionais de segurança pública	Em andamento	23/01/2023
Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF)	Concluída	14/07/2022
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Concluída	03/08/2022
Empréstimos da União ao BNDES	Concluída	07/11/2022

Fonte: PAINT 2022 e consulta ao e-Aud em 07/03/2023

2.1.3. Ações de enfrentamento à pandemia de COVID-19

A SFC adotou ações em função da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Durante o exercício, 3 ações foram concluídas e outras 3 foram replanejadas para finalizar em 2023, conforme detalhamento a seguir.

QUADRO 4 • AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19

AÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2022	DATA DE CONCLUSÃO
Análises Preventivas de Contratações	Concluída	25/01/2022
Monitoramento da Aplicação de Recursos da Lei Aldir Blanc	Em andamento	23/01/2023
Painel de Contratações Relacionadas à Covid-19	Concluída	01/02/2022
Pagamento do Auxílio Emergencial 2021 – AE 2021	Concluída	14/03/2022
Fiscalização do Plano Nacional de Vacinação contra COVID-19	Em andamento	-
Estudo sobre Registros de Óbitos e Internações	Em andamento	-

Fonte: Consulta ao e-Aud em 07/03/2023

2.1.4. Plano Anticorrupção

O Plano Anticorrupção, elaborado pelo Comitê Interministerial de Combate à Corrupção (CICC), tem o objetivo de estruturar e executar ações para aprimorar, no âmbito do Poder Executivo Federal, os mecanismos de prevenção, detecção e responsabilização por atos de corrupção, avançando no cumprimento e no aperfeiçoamento da legislação anticorrupção e no atendimento a recomendações internacionais.

Dos 3 projetos priorizados em 2022, 2 foram concluídos, conforme situação apresentada no quadro seguinte:

QUADRO 5 • PLANO ANTICORRUPÇÃO – AÇÕES (DA SFC) PREVISTAS PARA CONCLUSÃO EM 2021

AÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2022	DATA DE CONCLUSÃO
Ação CGU 48: Novo Sistema Malha Fina FNDE	Concluída	01/02/2022
Ação CGU 49: Expansão do Sistema Malha Fina de convênios para transferências voluntárias anteriores ao SICONV	Concluída	04/04/2022
Ação CGU 47: Desenvolvimento de funcionalidade do Sistema Alice para auxiliar na gestão	Em andamento	-

Fonte: Consulta ao e-Aud em 07/03/2023

2.2. Auditorias Derivadas de Obrigação Legal

2.2.1. Auditorias Anuais de Contas (AAC)

Como Órgão Central do Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo Federal, a CGU tem como missão constitucional apoiar o controle externo no exercício da sua missão institucional no que se refere ao julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, a qual se materializa com o processo de Auditoria Anual de Contas. Tais auditorias têm por finalidade assegurar que as prestações de contas expressem de forma clara e objetiva a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidades dos atos de gestão subjacentes, em todos os seus aspectos relevantes. Em 2022, foram concluídas as seguintes auditorias:

QUADRO 6 • AUDITORIAS ANUAIS DE CONTAS

E-AUD	UNIDADE	SITUAÇÃO EM 31/12/2022	DATA DE CONCLUSÃO
1030738	Pessoal e Encargos Sociais	Concluída	27/04/2022
1034852	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	Concluída	28/04/2022
1020673	Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	Concluída	20/05/2022
1034931	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Concluída	31/05/2022
1021244	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	Concluída	21/06/2022
1016345	Ministério da Saúde	Concluída	30/06/2022
1021232	Ministério da Cidadania	Concluída	20/07/2022
959848	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Concluída	25/10/2022
959829	Banco do Brasil	Concluída	04/11/2022
959809	Caixa Econômica Federal	Concluída	23/11/2022

Fonte: PAINT 2022 e consulta ao e-Aud em 07/03/2023

2.2.2. Auditorias de Financiamento Externo e Cooperação Internacional

A CGU tem a responsabilidade de realizar auditorias em projetos financiados, total ou parcialmente, por empréstimos ou doações internacionais ou, ainda, aqueles que envolvam acordos de cooperação técnica internacional. Essa atuação pode se dar em função dos protocolos de entendimentos, termos de referência e cláusulas contratuais firmados com organismos internacionais, entre os quais se destacam o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Em 2022, das **22** auditorias previstas inicialmente, **6** foram canceladas e **16** concluídas.

QUADRO 7 • AUDITORIAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

E-AUD	AÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2022	DATA DE CONCLUSÃO
1079058	Auditoria OIMT PD 452/07	Concluída	28/03/2022
1078706	Auditoria BID 4723/OC-BR e 4732/OC-BR	Concluída	01/09/2022
1079010	Auditoria BIRD TF 19211	Concluída	12/09/2022
1079031	Auditoria FIDA 2000000436 e 2000000437	Concluída	15/09/2022
1079048	Auditoria KfW BMZ/2003.66.658	Concluída	21/09/2022
1079061	Auditoria PNUD BRA/10/008	Concluída	27/09/2022
1079068	Auditoria PNUD BRA/12/017	Concluída	28/09/2022
1133041	Auditoria PNUD BRA/10/007	Concluída	29/09/2022
1134888	Auditoria PNUD BRA/16/020	Concluída	29/09/2022
1078033	Auditoria BID 3391/OC-BR (Uberaba/MG)	Concluída	06/10/2022
1078028	Auditoria BID 3391/OC-BR (Manaus/AM)	Concluída	10/10/2022
1078025	Auditoria BID 3391/OC-BR (Guarulhos/SP)	Concluída	31/10/2022
1078018	Auditoria BID 3391/OC-BR (Goiânia/GO)	Concluída	21/11/2022
1078974	Auditoria BIRD 8812-BR e 8813-BR	Concluída	25/11/2022
1078012	Auditoria BID 3391/OC-BR (Brasília/DF)	Concluída	28/11/2022
1066426	Auditoria BIRD 9172/BR	Concluída	28/11/2022
1077991	Auditoria BID 5092/OC-BR	Cancelada	-
1078710	Auditoria BID ATN/OC-17098-BR	Cancelada	-
1077997	Auditoria CAF 011395	Cancelada	-
1079054	Auditoria KfW BMZ/2011.66.149	Cancelada	-
1077999	Auditoria NDB 20BR02	Cancelada	-
1077986	Auditoria AFD CBR 1122 01 H	Cancelada	-

Fonte: Consulta ao e-Aud em 07/03/2022

2.2.3. Atividades complementares e demais atribuições legais

As Atividades complementares e demais atribuições legais da CGU incluem as ações realizadas por determinação legal e que não se caracterizam como trabalhos de auditoria nem de supervisão técnica.

Durante o exercício de 2022, foi elaborada a Prestação de Contas Anual do Presidente da República (PCPR), realizadas **64.095** análises e elaboradas **47.980** pareceres sobre os atos de pessoal, **4** verificações de consistência dos dados contidos nos Relatórios de Gestão Fiscal e emitidos **2** pareceres acerca da manifestação da Caixa Econômica Federal nos processos de novação de dívida do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

3. RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E CONCLUÍDAS

RECOMENDAÇÕES EMITIDAS	1.794
RECOMENDAÇÕES CONCLUÍDAS	2.792
EM MONITORAMENTO AO FINAL DE 2022	10.702
ÍNDICE DE EFETIVIDADE DAS RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS NO ANO	18%

Em 2022, foram emitidas **1.794** recomendações, enquanto **2.792** recomendações foram concluídas. Das concluídas, **416 (15%) foram encerradas automaticamente**, em ação institucional de revisão do estoque de recomendações, por terem sido emitidas há mais de 5 anos. A revisão foi proposta [neste relatório gerencial](#) e contribuiu para a diminuição do estoque de recomendações em 35% (6.277 recomendações a menos). Ainda sobre as recomendações concluídas, **1.736 (62%)** foram totalmente implementadas; **356 (13%)** não foram implementadas²; **216 (8%)** foram implementadas parcialmente; e 7 foram consolidadas em outra recomendação. As 57 recomendações restantes foram encerradas por se referirem ao Banco Central do Brasil (BCB) que, conforme o disposto no §1, art. 6º da Lei Complementar nº. 179/2021 – LC 179/2021, passou a compor o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal na condição de órgão setorial, o que restringiu a atuação da SFC/CGU nessa autarquia, pois, conforme especificado no OFÍCIO Nº 5239/2022/CGPEC/DE/SFC/CGU, de 18/04/2022, a análise das recomendações caberá à Auditoria Interna do BCB.

Destaca-se que, até 21/03/2023, das 1.952 recomendações implementadas em 2022, 360 geraram benefícios, o que corresponde a um **índice de efetividade de 18,4%**.

2. As recomendações não implementadas referem-se a (a) O gestor não tomou providências, (b) as providências implementadas pelo gestor foram consideradas inadequadas ou (c) o gestor assumiu o risco pela não implementação.

4. BENEFÍCIOS

Benefício é o impacto positivo observado na gestão pública a partir da implementação, pelos gestores públicos, de recomendações emitidas por auditores internos governamentais. Portanto, os benefícios são resultantes do trabalho conjunto da auditoria interna e da gestão. Eles podem ser financeiros ou não-financeiros.

QUANTIDADE TOTAL DE BENEFÍCIOS APROVADOS	621
QUANTIDADE TOTAL DE BENEFÍCIOS NÃO FINANCEIROS APROVADOS	472
ÍNDICE DE RELEVÂNCIA DOS BENEFÍCIOS NÃO FINANCEIROS APROVADOS	30,78
QUANTIDADE TOTAL DE BENEFÍCIOS FINANCEIROS APROVADOS	149
VALOR TOTAL DE BENEFÍCIOS FINANCEIROS APROVADOS	R\$ 19,6 Bi

O Benefício Financeiro (BF) é representado monetariamente, enquanto o Benefício Não Financeiro (BNF) é medido por meio do índice de relevância dos benefícios não financeiros (IRBNF). O índice é calculado a partir da soma ponderada dos BNF e a ponderação se dá em função da dimensão³ e da repercussão⁴ de cada BNF. [Aqui](#) pode-se obter maiores detalhes a respeito. Registra-se que a contabilização dos benefícios segue o rito sistemático e disciplinado estabelecido na [Portaria CGU nº 1.976/20021](#).

3. Dimensão: pessoas, infraestrutura e processos internos ou resultado, missão e visão

4. Repercussão: unidade jurisdicionada (departamento auditado), órgão superior (alta administração do órgão auditado) ou interministerial (mais de uma instituição)

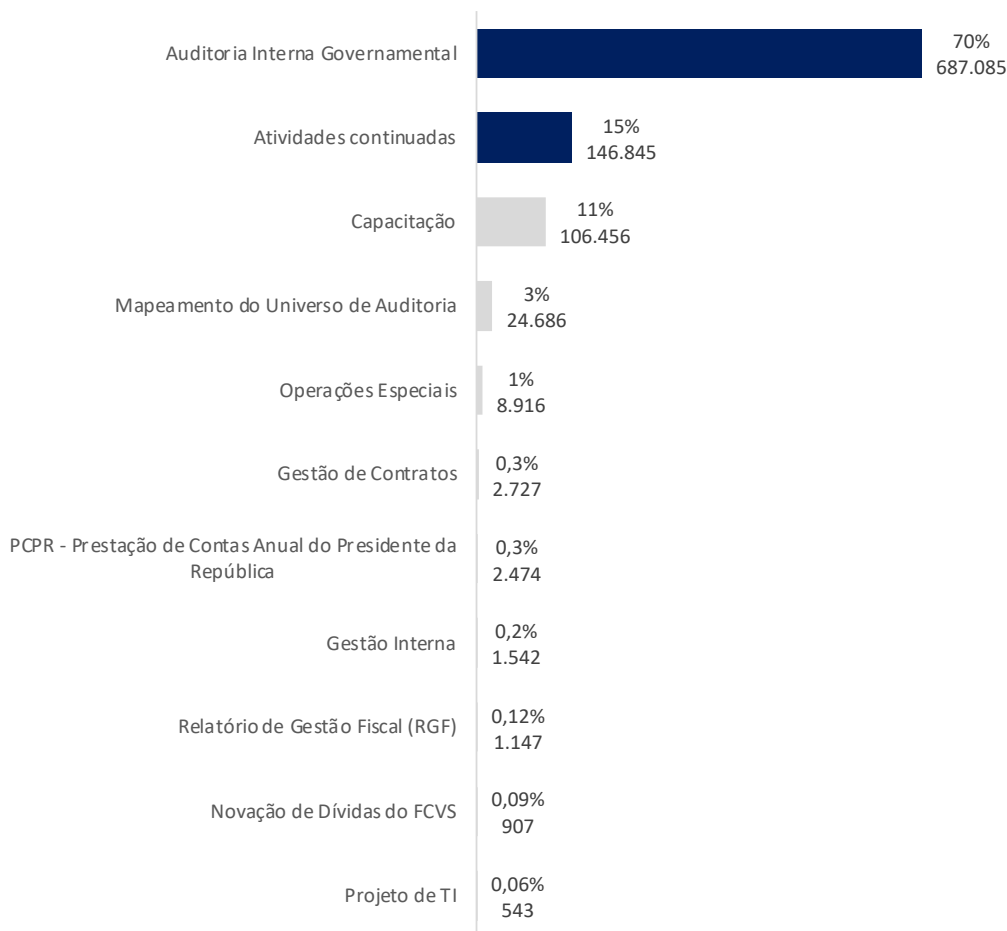
5. DIRECIONAMENTO DOS ESFORÇOS DA FORÇA DE TRABALHO

Em 2022, o direcionamento dos esforços dos servidores dos Núcleos de Ação de Controle (NAC) das Superintendências e da SFC foi medido com base nos dados de horas registradas no sistema e-Aud no Programa de Gestão de Demandas da CGU, os quais não contemplam os servidores ocupantes de funções de média e alta gerência. Como os registros são atrelados à remuneração dos servidores, há razoável garantia sobre a sua fidedignidade.

Nesse contexto, foram registradas no e-Aud **983.328 horas** em trabalhos relacionados com as atividades da Secretaria Federal de Controle, incluindo os trabalhos executados pelas Controladorias Regionais da União nos Estados.

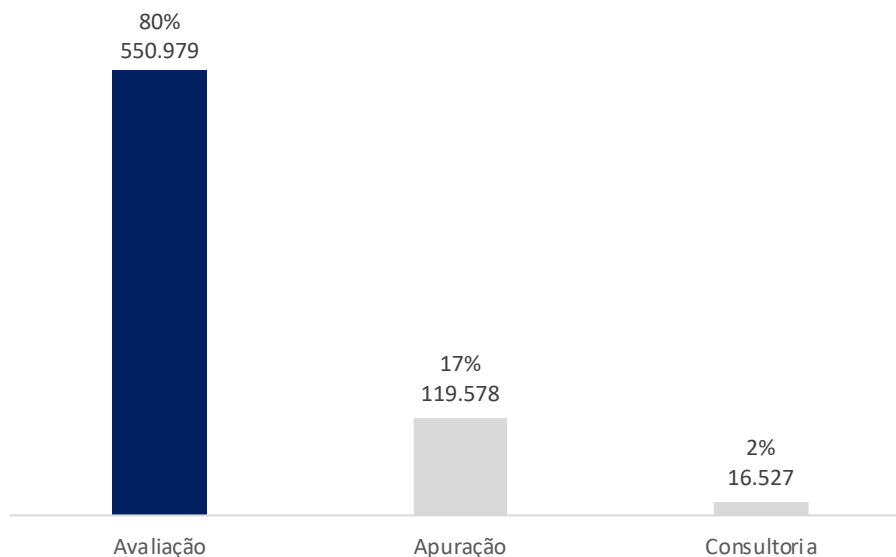
Desse total, 70% foram direcionados na realização de auditorias (avaliações, apurações ou consultorias) e 15% foi direcionado às atividades continuadas, as quais serão detalhadas a seguir. O restante foi distribuído conforme ilustrado a seguir.

FIGURA 1 • DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM 2022



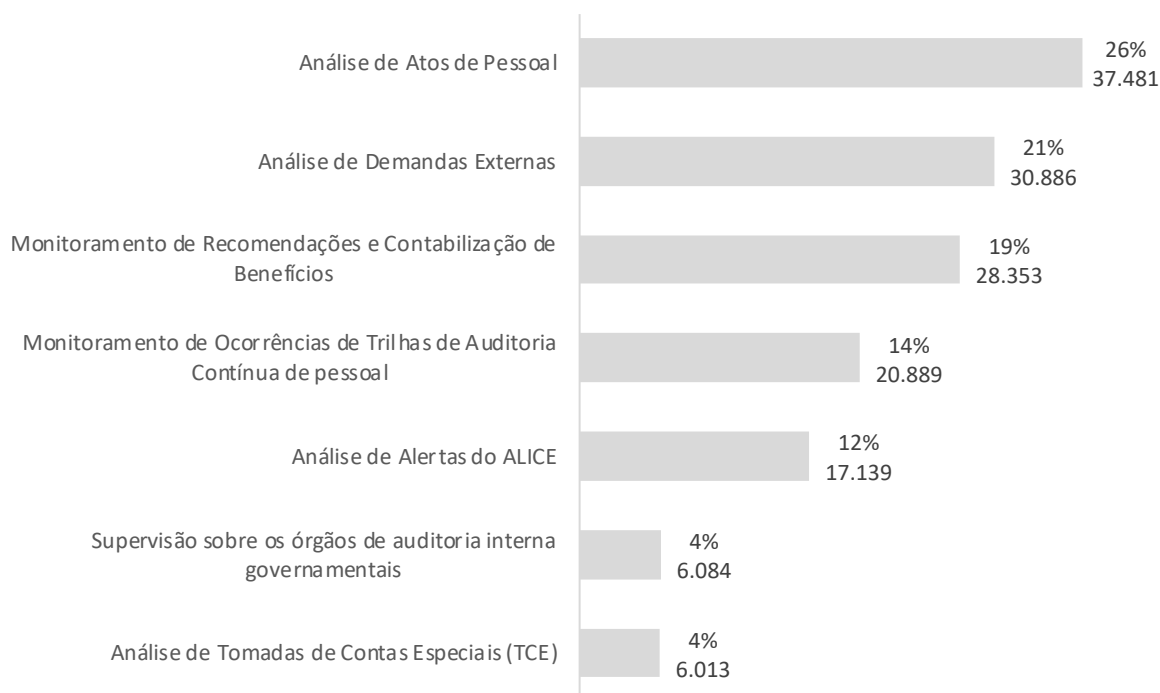
Das 687 mil horas executadas em trabalhos de auditoria interna, 80% foram executadas em trabalhos de avaliação, 17% em apurações e 2% em consultorias, conforme exposto na Figura 2:

FIGURA 2 • DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM AUDITORIAS



Em relação às atividades continuadas, registra-se o protagonismo das análises de atos de pessoal, com 26% do total de horas, seguidas das Análises de Demandas Externas, com 21% e do Monitoramento de Recomendações e Contabilização de Benefícios com 19%. Em seguida, as demais atividades continuadas realizadas, conforme ilustrado a seguir.

FIGURA 3 • DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM ATIVIDADES CONTINUADAS



6. CAPACITAÇÕES

Em 2022, foram realizadas 48 capacitações (cursos, oficinas, treinamentos, seminários, conferências) para servidores da CGU e outras UAIG. Foram capacitados 832 servidores internos e 2186 servidores/empregados externos à CGU.

Os temas abordados nessas capacitações foram: Gestão de Riscos e Controles Internos, Planejamento Individual de Auditoria Baseado em Riscos, Planejamento Anual da Unidade de Auditoria Interna, Tomada de Contas Especial, Convênios, Planilha de Custos, Relatoria, *Valuation*, IA-CM, Regulação, Referencial Técnico da Auditoria Interna Governamental (MOT), Papéis de Trabalho de Auditoria Financeira e Governança Pública, Tesouro Gerencial.

O curso sobre o Processo de Auditoria no sistema e-Aud, disponível na modalidade à distância, está em andamento. Dos inscritos, 243 são servidores da CGU e 573 externos.

Para aprimoramento e desenvolvimento de competências profissionais e visando ao incremento de qualidade dos trabalhos realizados pela CGU, foram contratadas vagas nos seguintes eventos de capacitação: 42º Conbrai (81); Especialização em Análise de Dados em Políticas Públicas/Enap (30); Mestrado Profissional em Administração Pública/FGV (30).

Em complemento, foram criados cursos de ensino a distância para disponibilização junto à Escola Virtual do Governo (EVG) sobre Papéis de Trabalho e Gestão de Riscos e Controles Internos.

Em outubro de 2022 ocorreu o processo seletivo do MBA em Governança e Controle da Regulação, ofertado pela Enap, que disponibilizou vagas exclusivas para os servidores da CGU. O calendário do projeto pedagógico prevê o início das aulas em março de 2023.

Ainda com relação às ações de capacitação destaca-se:

- Gerenciamento do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP 2022 e PDP 2023;
- Desenvolvimento das trilhas de aprendizagem das competências (técnicas, transversais, contextuais e comuns) cujo conteúdo está disponível na Intranet da CGU;
- Planejamento e desenvolvimento das ações de capacitação dos novos servidores, cuja formação ocorre em paralelo à execução dos serviços e deverão ser finalizadas em até 3 anos após o efetivo exercício na CGU.

7. FATOS RELEVANTES

Dentre os fatores significativos externos que impactaram a gestão em 2022, destaca-se o avanço da tecnologia de informação que despertou novas possibilidades e desafios para as atividades de auditoria interna. A ciência de dados (inteligência artificial, mineração de dados e big data) apresentou diversos conceitos e técnicas para extrair informações e insights dos dados, objetivo desejado na auditoria interna. Como exemplo, a CGU utilizou técnicas de *Machine Learning* para elaborar simulações e propor cenários de uso para a análise de prestação de contas por procedimento informatizado. As simulações propostas cotejaram o risco de aprovação por análise informatizada e o custo de análise convencional dos instrumentos em estoque aguardando análise de prestação de contas. As simulações justificaram a adoção de procedimento automatizado em análise de prestação de contas para instrumentos de pequeno valor.

Outra oportunidade destacada em 2022 foi a presença da CGU em posições de centro de governo, como na composição do Comitê de Governança Interna (CGI), responsável pela proposição de medidas, mecanismos e práticas organizacionais para o atendimento aos princípios e às diretrizes de governança pública estabelecidos para o Poder Executivo Federal e no Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) instituído para avaliar as políticas públicas selecionadas, que são financiadas por gastos diretos ou subsídios da União e monitorar a implementação das propostas de alteração das políticas públicas resultantes da avaliação, em consonância com as boas práticas de governança. Nesse âmbito, foram coordenadas, pela CGU, avaliações sobre a Integração do Rio São Francisco, a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, a Rede Federal de Universidades, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a Aquisição de Imunobiológicos, insumos e medicamentos para tratamento dos portadores de HIV/AIDS, IST e Hepatites Virais, o Aprimoramento da Segurança Pública Nacional.

Por outro lado, o sobreposição de atuação entre órgãos de controle e de defesa apresentou-se como desafio nas entregas oportunas e prioritárias por parte da CGU, gerando a necessidade de aperfeiçoamento do processo de planejamento da atividade de auditoria interna do Poder Executivo Federal pela interlocução entre os atores envolvidos.

Por fim, destaca-se o ano eleitoral como variável significativa externa, considerando a instabilidade gerada nos campos sociais, políticos e econômicos do país, afetando diretamente as prioridades de planejamento e monitoramento das ações da CGU.

8. PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE – PGMQ

A CGU instituiu, por meio da Portaria SFC nº 896, de 12 de maio de 2016, alterada pela Portaria nº 363, de 14/02/2020, o Programa de Avaliação e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna da CGU (PRO-Qualidade), que tem como objetivo avaliar a qualidade, produzir informações gerenciais e promover ações que visem à melhoria contínua dos processos de trabalho e dos produtos decorrentes das auditorias realizadas pelas diretorias, coordenações-gerais, coordenações e controladorias regionais da CGU nos estados.

O exercício de 2022 demonstrou avanços significativos no trabalho que vem sendo realizado pela CGU, em decorrência da instituição de normativos alinhados às normas internacionais, da implantação do e-Aud e de capacitações regulares que vem sendo oferecidas nos últimos anos. O resultado pode ser observado na avaliação periódica, assim como na autoavaliação IA-CM.

A avaliação periódica dos trabalhos de auditoria (serviço de avaliação), baseada em amostra probabilística, demonstrou avanços na qualidade dos trabalhos quando comparada ao ano anterior, com a média geral variando de 2,8 para 3,3, numa escala de 1 a 4.

Ademais, A CGU recebeu validação externa independente realizada pelo Banco Mundial, que confirmou o atingimento do Nível 2 de maturidade (considerando-se os 5 níveis existentes), com base no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM do Instituto dos Auditores Internos – IIA).

Entre as iniciativas implementadas que culminaram nos resultados alcançados em 2022, destacam-se as seguintes:

- Aprimoramento do processo de trabalho de auditoria interna no sistema de auditoria e-Aud;
- Edição e aplicação da “Orientação Prática: Serviços de Auditoria”;
- Realização de diversas ações de capacitação sobre temas como gestão de riscos, planejamento anual e planejamento individual de auditoria baseado em riscos, documentação de auditoria, etc;
- Realização de serviços de consultoria; e
- Avanços no processo de gestão de competências.

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO

